

Governança de recursos, conflito e insegurança no Golfo da Guiné no século XXI

HENRY KAM KAH

Resumo

O trabalho examina os desafios e a insegurança causados pela improdutiva administração dos vastos recursos naturais do Golfo da Guiné no século XXI. Esta região compreende países que se estendem de Angola a Guiné-Bissau, sendo de importância geoestratégica para a África e o mundo. Seu rico e diversificado ecossistema é de grande valor socioeconômico.

Palavras-chave: Riquezas Naturais; Conflito; Insegurança; Estado; África.



Resource governance, conflict and insecurity in the 21th century Gulf of Guinea

HENRY KAM KAH

Professor de História da Universidade de Buea, Camarões. Membro da Associação Americana de Ciência Política, do Conselho para o Desenvolvimento da Pesquisa em Ciências Sociais em África, da Associação de Pesquisa do Oeste Africano e do Instituto de Estudos Africanos.

Abstract

The paper examines challenges and insecurity caused by the poor management of the vast natural resources of the Gulf of Guinea in the 21st century. This region comprises countries stretching from Angola to Guinea Bissau and it is geo-strategically important in Africa and the world. Its rich and diverse eco-system is of great socio-economic value.

Keywords: Natural Wealth; Conflict; Insecurity; State; Africa.

1 INTRODUÇÃO

Este artigo examina os desafios e a insegurança causados pela má governança ou gestão dos vastos recursos naturais do Golfo da Guiné, no século XXI. Esta região, composta por países que se estendem desde Angola até a Guiné-Bissau, é importante na perspectiva geoestratégica para a África e para o mundo, além de possuir um ecossistema rico e diverso de grande valor socioeconômico. A partir do último quarto do século XV ao século XIX, os países europeus compravam e vendiam escravos bem como outras mercadorias da África, usadas nas plantações estabelecidas nas Américas. Após a abolição do sistema Atlântico Sul no século XIX, Grã-Bretanha, França, Alemanha, Holanda, Portugal e Espanha dividiram a região para sua exploração socioeconômica e política. Nas décadas de 1960 e 1970, veio a descolonização e esses países europeus concederam uma independência “cosmética” a suas antigas colônias. A independência foi alcançada em um contexto de diferenças ideológicas entre o Ocidente e o Oriente, que dividiu o mundo literalmente em um sistema bipolar dominado, respectivamente, pelos Estados Unidos da América (EUA) e a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS). EUA, Rússia e depois China, Índia e Brasil se tornaram novos atores nesta região.

Após a independência, alguns países, especialmente os de língua francesa, assinaram acordos de parceria com seus antigos senhores coloniais para alianças militares e de distintos tipos. Outros estabeleceram acordos de amizade com os países industrializados do Norte, dando a estes a oportunidade de competir por e pilhar recursos para suas indústrias domésticas. A forte dependência nos produtos primários para o desenvolvimento nacional ou a propriedade individual tem levado alguns países do Golfo da Guiné a hipotecar seus recursos naturais, como petróleo, madeira, peixe e produtos agrícolas, a instituições de doadores e a países desenvolvidos e emergentes. Tal situação provoca consequências negativas para a subsistência das massas no Golfo da Guiné.

Desde o final dos anos 1980, a pressão sobre os governos para liberalizar as economias nacionais trouxe desafios de gestão sustentável dos recursos naturais, porque muitos deles ficaram sob o controle e a exploração estrangeira. No longo prazo, o impacto

foram a insegurança de mulheres e crianças e a poluição do meio ambiente. O motivo é que a sociedade formada pelo “homem econômico” desconsidera a “mulher econômica”. Isso fez Mellor (1997, p. 138) argumentar que uma sociedade baseada apenas no “homem econômico” será ecológica, psicológica e espiritualmente insustentável.

A liberalização econômica, a guerra contra o “terrorismo” no Oriente Médio e a emergência de China, Japão, Coreia do Sul, Malásia, Índia, África do Sul e Brasil como importantes gigantes econômicos no Golfo da Guiné complicaram ainda mais a escassa gestão dos recursos naturais da região. Sua chegada intensificou a concorrência por estes recursos não para o benefício das pessoas, mas para a expansão do capitalismo. O aumento da pirataria marítima é consequência direta desta competição, exploração e destruição do meio ambiente. Com a pirataria, as águas do Golfo de Benim e Biafra, no Golfo da Guiné, tornaram-se perigosas para a navegação marítima.

Conforme mostra a realidade, o aumento da insegurança ambiental e humana em áreas como a região do Delta do Níger na Nigéria, Golfo do Benim, Cabinda e o rápido esgotamento dos estoques de peixes no Oceano Atlântico causados pela pesca indiscriminada por chineses e navios da União Europeia (UE) clamam por uma governança adequada pelas instituições responsáveis por esses setores da economia. Essas instituições precisam ser construídas na perspectiva de uma aliança Sul-Sul que beneficie todas as partes. Mencionada aliança também deve levar em conta o desenvolvimento desigual dos países do Sul, a fim de resolvê-lo para o benefício de todos, pois sem esforço coordenado para garantir a estabilidade e a gestão sustentável destes recursos, os frutos da cooperação são invisíveis. Países do Golfo da Guiné e os seus parceiros do Sul devem oferecer um caminho significativo quanto à gestão de recursos para melhorar o padrão de vida das massas.

2 CONTEXTUALIZANDO E CONCEITUANDO GOVERNANÇA

Analisamos o conceito de governança para mostrar que é amplo em sua definição e seu sentido e para contextualizá-lo neste artigo. Historicamente, o conceito foi usado pelo império inglês para

se referir ao exercício da autoridade. Desde então, o conceito tem sido apropriado por diferentes grupos para distintas orientações ideológicas e fins contraditórios (HEWITT DE ALCANTARA, 1998). Isso explica por que não há definição única, mas cada definição aponta para determinadas características comuns. Na academia, governança se refere a diferentes formas pelas quais as relações de poder e de autoridade são estruturadas na sociedade; trata especificamente da forma pela qual os recursos são geridos e as políticas elaboradas (GOOD governance..., 2013).

A comunidade de doadores, isto é, os países desenvolvidos e as grandes empresas do Norte, relaciona governança ao papel que as estruturas do Estado desempenham para garantir igualdade social, econômica e política e responsabilidade nos processos políticos, os quais não devem ser às escondidas. De acordo com o Relatório de 1995 da Comissão sobre Governança Global, governança é “a soma das várias formas pelas quais indivíduos e instituições, públicas e privadas, administram seus assuntos comuns.” (GOOD governance..., 2013). Seus atributos incluem participação, respeito à lei, transparência na tomada de decisões, responsabilidade, previsibilidade e eficácia. Isto significa que a governança de recursos no Golfo da Guiné deve ocorrer em um contexto de equidade política, responsabilidade, participação das massas e do respeito ao Estado de Direito, entre outros elementos.

Juda (2006) define governança como os arranjos institucionais formais e informais e as práticas sociais que influenciam a maneira pela qual os recursos ou um ambiente são de fato utilizados. Ele também examina os problemas e as oportunidades, avalia e os analisa nas esferas individuais e coletivas assim como argumenta que governança afere o comportamento aceitável ou proibido e regras e sanções aplicadas para regular o uso de recursos e do ambiente. Governar significa o exercício de poder e autoridade sobre um território, sistema ou organização por governantes e governados. Hoje, no debate relacionado à governança, o poder é entendido mais como compartilhamento do que como domínio. Da mesma forma, a autoridade é definida não tanto em termos de controle do governante como pelo consentimento e pela participação dos governados no intuito de alcançar um objetivo comum

(CARINO, 2013). Estes são os novos atributos de governança que devem ser considerados por regiões como o Golfo da Guiné, com vastas reservas de recursos naturais.

Conforme Ezirim (2011), o conceito de governança considera todos os processos, sistemas e controles utilizados para salvaguardar e incrementar os recursos em organizações sociais. Envolve também o uso de autoridade política, econômica e administrativa e os meios para gerir ou exercer o controle sobre a política e os recursos de uma dada sociedade. Porém, como Ezirim (2011) argumenta, a má governança abrange a apropriação indevida de riquezas pelo governo e, ainda, sua inabilidade em garantir que os recursos públicos ou pessoais sejam usados apropriadamente. Sua discussão sobre governança é instruída pelos conflitos intermináveis na região rica em petróleo do Delta do Níger, na Nigéria, um dos pontos “quentes” do Golfo da Guiné.

O Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), em suas ações, também conceitua operacionalmente governança. Em 1995, definiu governança como “o exercício da autoridade política, econômica e administrativa para gerir os assuntos de uma nação.” Ainda como afirma: “Ela abrange todos os métodos – bons e maus – que as sociedades usam para distribuir o poder e gerir os recursos públicos e os problemas.” Não se pode governar uma nação independentemente dos seus recursos e, quaisquer que sejam as estratégias de gestão concebidas, estas podem ou não beneficiar as pessoas. O Asian Development Bank, em 2000, também definiu governança significando “a maneira pela qual o poder é exercido na administração dos recursos sociais e econômicos de um país para o desenvolvimento.” Esta definição enfatiza a gestão do setor socioeconômico que é importante para a sobrevivência de uma comunidade e seu povo. Ainda destacando os setores econômicos e outros, o International Institute of Administrative Sciences-IIAS (1996, p. 6) define governança como “o processo pelo qual elementos na sociedade exercem poder e autoridade, e influenciam e ordenam políticas e decisões relativas à vida pública e ao desenvolvimento econômico e social”. Estas definições nos levam a tipos de governança e ao vínculo que têm com a gestão de recursos.

Os vários tipos de governança incluem, mas não se limitam, a aspectos de segurança e político-administrativos, podendo ser compartilhada, boa, má, local, comunitária, estatal e ambiental. A segurança apresenta uma estrutura para a aplicação de todas as outras condições que possibilitam a boa governança. Quando a segurança é prioridade governamental, isso cria um ambiente propício para que prosperem outras formas de governança, como a de recursos. Já a governança político-administrativa ocorre quando um governo recupera sua legitimidade e as decisões sobre a população (GOOD governance..., 2013). Mais uma vez, o sucesso do tipo de governança cria o ambiente propício para a gestão racional dos recursos naturais.

Governança compartilhada significa a tomada de decisões em conjunto. Baseia-se nos princípios da parceria, equidade, responsabilidade e propriedade do ponto de vista dos serviços (CHAPTER 1:..., 2013). Este tipo de governança é encorajado pela população, pois as diferentes partes interessadas tendem a contribuir com o modo como a sociedade e os recursos são administrados para o bem comum. A governança de recursos precisa ser uma responsabilidade compartilhada entre o governo, a empresa que os explora e a população que vive onde esses recursos são encontrados. Assim, queixas resultantes da sua exploração serão manifestadas por todos. Governança compartilhada também cria espaço para a diversidade, a qual é importante em qualquer empreendimento voltado à melhoria no futuro.

Boa governança existe quando e onde há responsabilidade e ética na tomada de decisão e execução, transparência e previsibilidade, decisões e ações legais, capacidade de resposta e uma visão de longo prazo do interesse público. Ela se afirma quando a população considera as leis justas e o sistema judicial confiável. Este tipo de governança também demanda responsabilização política na elaboração de leis e uma burocracia eficaz e reformadora. Tal sistema ainda promove a descentralização, que oferece às pessoas oportunidades de participar da sua própria governança (CARINO, 2013). Segundo afirma Akokpari (2004), a boa governança é um sistema de administração democrático, eficiente e orientado para o desenvolvimento. Quando uma administração

não incentiva e promove uma sociedade democrática aberta esta é uma forma de má governança. Muitos desses governos existem no Golfo da Guiné.

Outro tipo de governança é a local, que lida com a formulação e execução da ação coletiva por conselhos e abrange os papéis diretos e indiretos de instituições formais do governo local e das hierarquias governamentais. Governança local também se reporta às funções de normas informais, redes, organizações comunitárias e associações de bairros em sua busca pela ação coletiva. Ao fazer isso, se define o quadro de interações cidadão-cidadão e cidadão-Estado, a tomada coletiva de decisões e a prestação de serviços públicos locais. De fato, a governança local diz respeito ao fornecimento de uma gama de serviços locais e à preservação da vida e da liberdade dos moradores, abrindo espaço para a participação democrática e o diálogo cívico, apoiando o desenvolvimento local liderado pelo mercado e ambientalmente sustentável e facilitando a melhoria da qualidade de vida dos residentes (SHAH; SHAH, 2013).

Governança comunitária, tal qual a governança local, realude à participação da comunidade, engajamento e tomada de decisões em assuntos públicos. Tipos associados de governança incluem redes locais e sociais e governança participativa. Em outras palavras, a governança comunitária significa gerenciamento e tomada de decisões realizada por, com ou em nome da comunidade, por um grupo de atores da comunidade como o líder tradicional e o conselho de anciãos. O foco na “comunidade” e não na corporação, organização, governo local ou setor público é a característica distintiva da governança comunitária em face de outras formas de governança (TOTIKIDIS; ARMSTRONG; FRANCIS, 2005). Em muitos casos, as comunidades têm sido excluídas da gestão dos seus recursos e por isso seu interesse não está representado.

Governança estatal, contudo, compreende supervisão e controle da administração e responsabilidade (THE NETHERLANDS, 2013). O governo supervisiona as atividades da comunidade. A intenção é fortalecê-las para um melhor desempenho e aceitação pelos membros da comunidade. É vital que o governo e as comunidades supervisionem os projetos juntos para verificar abusos e fazer ambas as partes escutarem umas às outras.

Por sua vez, governança ambiental é uma estrutura de regras formais e informais, instituições, processos e comportamentos que afetam o modo como os poderes são exercidos na esfera de políticas voltadas ao ecossistema. Este tipo de governança indica também uma visão progressista na perspectiva de sustentabilidade mais ampla, englobando capital natural, funções do ecossistema e serviços da natureza (CAVALCANTI, 2008). A crise ambiental global mostra o impacto do crescimento econômico mundial e do desenvolvimento sobre o ambiente natural e isso leva o Estado e a sociedade civil a reconstruir a natureza e as relações das pessoas com ela (O'CONNOR, 1998). Hoje, o meio ambiente está no centro dos desafios à governança de recursos no Golfo da Guiné. Portanto, medidas devem ser tomadas para gerir de forma sustentável os vastos recursos da região em benefício da população.

Não obstante seu significado contextual, o conceito de governança é sinônimo de gestão eficaz de pessoas e recursos, incluindo a participação dos interessados em desenvolver o ambiente e dar poder ao povo. Neste trabalho, o discurso sobre a governança é importante porque os recursos, se bem geridos, podem ou vão servir a um propósito útil para as pessoas. A gestão deve envolver governo, companhias e comunidades locais situadas em áreas ricas de recursos como petróleo e madeira. Além disso, empresas que exploram os recursos precisam desenvolver uma política comum centrada na população e que possa melhorar seus padrões de vida.

Como entendido neste estudo, governança de recursos inclui um exame das políticas relativas à gestão de recursos naturais do Golfo da Guiné por instituições formais e informais para o benefício de toda a gente. Sua má gestão em áreas como a região do Delta do Níger, na Nigéria, levou a conflitos e insegurança para o povo, a propriedade e o ambiente. Proteção ambiental e bem-estar das pessoas, muitas vezes, não são levados em conta pelos que decidem. Isso porque o Golfo da Guiné é uma importante região geoestratégica e provida de recursos da África, atraente para os países industrializados do Norte e para alguns países emergentes do Sul.

3 A IMPORTÂNCIA GEOESTRATÉGICA E DE RECURSOS DO GOLFO DA GUINÉ

O grande Golfo da Guiné tem uma área de cerca de 3.500 milhas de litoral. É uma das regiões estratégicas da África e é abençoada com uma variedade de recursos naturais, tais como petróleo, gás, minerais diversos e recursos humanos. Existem enormes reservas de petróleo e gás na região, incluindo também o Norte de África. O tamanho do seu mercado é de 300 milhões de consumidores. Como países da região mencionam-se Angola, Benin, Camarões, Costa do Marfim, República Democrática do Congo (RDC), Guiné Equatorial, Gabão, Gana, Gâmbia, Guiné, Guiné-Bissau, Libéria, Nigéria, República do Congo, São Tomé e Príncipe, Senegal, Serra Leoa, Chade, República Centro-Africana e Togo (IBIKUNLE; OLAWALE; WILLIE, 2010; HALLESON, 2009a; ONUOHA; EZIRIM, 2010). Esses países falam uma mistura das línguas inglesa, portuguesa e francesa. Outras atrações do Golfo da Guiné incluem sua relativa proximidade dos países consumidores de energia da América do Norte e Europa Ocidental. A proximidade geográfica da região da Europa Ocidental, relativamente ao Oriente Médio e à Ásia, garante uma vantagem comparativa no comércio de bens e pessoas em virtude dos custos reduzidos do transporte marítimo (IBIKUNLE; OLAWALE; WILLIE, 2010; ONUOHA; EZIRIM, 2010).

A presença de recursos como petróleo, gás, madeira, ouro, manganês e peixes gerou um profundo descontentamento entre a maioria dos habitantes da região. Quase nunca, as recompensas desses recursos beneficiaram as pessoas comuns. Em vez disso, são usados para sustentar ditadores através de medidas repressivas. Angola é um exemplo clássico de um país onde houve prolongada guerra entre o MPLA e a UNITA, no período de 1975-1991 e de 1992-2002 (HALLESON, 2009b), usando o dinheiro do petróleo. Apesar do petróleo, há elevada taxa de desemprego, poluição ambiental, degradação e ataques armados como no Delta do Níger e na Península de Bakassi. A pirataria mostrou os limites da segurança nacional na manutenção da lei e da ordem, pois tormou as águas do Golfo da Guiné inseguras para a navegação de grandes navios marítimos da Ásia, Europa e Estados Unidos.

O grau de conflito interestatal no Golfo da Guiné é alarmante. Por exemplo, a República Democrática do Congo recebeu apoio de Angola, Zimbábue, Namíbia e Chade e também de grupos extremistas hutus ruandeses e sudaneses em sua luta para suprimir a dissidência interna. Entre 1998 e 2003, o Norte da RDC foi ocupado por tropas ugandenses. Elas controlavam áreas ricas em ouro e forçavam garimpeiros a extraí-lo em seu benefício. Estas tropas também saquearam ouro congolês avaliado em mais de nove milhões de dólares (HALLESON, 2009b). Na República do Congo, igualmente, houve confrontos entre facções beligerantes em torno dos ganhos do petróleo. A maior consequência da querela interna foi a separação seguindo as etnias regionais e a criação de três milícias proeminentes que incluem os *Cocoyes* de Pascal Lissouba, os *Cobras* de Denis Sassou Nguesso e os *Ninjas* de Kolela. Esta situação complexa foi agravada pelo apoio de Angola aos *Cobras*, o que os ajudou a garantir Brazzaville e Pointe Noire (HALLESON, 2009b). Geralmente, há uma grande circulação de armas pequenas e leves na região (ONUOHA; EZIRIM, 2010). Trata-se de um resultado da luta pelo controle dos recursos para o benefício de uma minoria muito limitada. Quanto mais os recursos caem sob seu controle, mais ela os explora e usam para infligir dor às pessoas.

Outros problemas marcantes do Golfo da Guiné incluem pirataria, disputas marítimas, balanço negativo de governança, estruturas estatais fracas, ausência de responsabilidade, pilhagem ambiental, vandalismo em gasodutos, ausência de uma infraestrutura segura, instituições legais inviáveis e confrontos étnicos, entre outros. Alguns anos atrás, a pirataria era uma ocorrência desenfreada apenas no Chifre de África, mas nos últimos anos, as águas do Golfo da Guiné estão entre as mais vulneráveis para a navegação marítima. Recentemente, a região de Cotonou entre a República do Benin e a Nigéria tem assistido a um aumento no

número de ataques de piratas. Por ser a costa escarpada, dispõe de uma variedade de esconderijos para potenciais atacantes.¹

Os problemas de governança, meio ambiente, infraestrutura, pobreza, insegurança, debilidade das instituições, volatilidade dos preços mundiais do petróleo e das moedas comerciais, as alterações climáticas, criminalidade transnacional, prolongamento de conflitos separatistas insurgentes, inúmeras tentativas de golpes, mudanças ilegais de governantes, má gestão dos processos eleitorais, tráfico de drogas, terrorismo, pirataria marítima, analfabetismo e degradação ambiental têm levado a tensões entre as autoridades do governo que se alimentam fartamente do dinheiro do petróleo e as massas pobres que pagam o preço por estarem localizadas em áreas de prospecção e exploração deste recurso (GILPIN, 2007; SOUARÉ, 2010; VAUGHAN, 2013; HALL, 2011; OYERANMI, 2011; McCULLUM, 2013).

Como divulgado, a maioria dos países do Golfo da Guiné possui potenciais ou enormes reservas de petróleo, gás e minerais. A região inteira é uma das áreas mais promissoras na exploração de petróleo do mundo e estima-se que, até 2020, seu potencial energético vai superar a produção total das nações do Golfo Pérsico, com 25% da produção global contra 22% para o Golfo Pérsico (HALLESON, 2009a). Ainda conforme o autor, Angola, ricamente dotada de petróleo e diamantes, é o segundo maior produtor de petróleo no Golfo da Guiné, após a Nigéria, e o quarto maior produtor mundial de diamantes, com reservas estimadas em cerca de 180 milhões de quilates. E prossegue: em Camarões, o setor de mineração oferece enorme potencial e, no momento, o país é o sexto maior exportador de petróleo na África. Nigéria é a maior

1 Disponível em: <<http://gcaptain.com/piracys-emerging-market-gulf?29024>>;<<http://www.csmonitor.com/World/Africa/2011/0804/Piracy-on-the-rise-off-West-Africa>>;<<http://www.csmonitor.com/World/Africa/2010/0115/Pirates-take-new-territory-West-Africa>>;<<http://www.businessweek.com/news/2011-08-04/piracy-spurs-insurers-to-extend-nigeria>>;<<http://af.reuters.com/article/commoditiesNews/idAFL6E7J32DM20110803>>; Smith AFP, 2011>; <<http://www.afriquejet.com/benin-piracy-2011080219717.html>>; Associated Press 11 August 2011>;<<http://af.reuters.com/article/topNews/idAFJOE77B01820110812>>; <http://news.xinhuanet.com/english2010/world/2011-08/12/c_131046184.htm>; English xinhuanet.com.

produtora de petróleo bruto e também possui extensas reservas de gás natural, estimadas em cerca de 184 trilhões de pés cúbicos, sendo o oitavo exportador de petróleo do mundo (HALLESON, 2009a; OYERANMI, 2011). Ainda como afirma Halleson (2009a), a economia da República do Congo depende fortemente do petróleo e o país é o quinto produtor de petróleo na África subsaariana enquanto o Gabão está entre os maiores produtores de petróleo da África subsaariana e sua economia, como a do Congo, depende da produção desta riqueza. Ele é o terceiro maior produtor de manganês e detém um quarto das reservas mundiais conhecidas.²

Outros países do Golfo da Guiné, como a RDC, também são grandes produtores de petróleo. Os recém-ingressos nos negócios do petróleo incluem Chade, Guiné Equatorial, São Tomé e Príncipe e República Centro Africana (RCA). Em seguida à descoberta e exploração de petróleo, a Guiné Equatorial passou a terceiro produtor da África subsaariana, depois da Nigéria e de Angola, enquanto a RCA é o sétimo produtor de diamantes na África e o décimo produtor mundial (HALLESON, 2009a). São Tomé e Príncipe almejam os benefícios do petróleo do mesmo modo que os demais países do Golfo da Guiné. A riqueza dos recursos potenciais do Golfo da Guiné é evidente à medida que Nigéria, Angola e Guiné Equatorial aumentam seus potenciais produtivos a ponto de serem os principais produtores de petróleo não só do Golfo da Guiné e da África, mas do mundo. Considerando os imensos potenciais de petróleo no Golfo da Guiné e os desafios que os acompanham, tem havido esforços nas esferas nacional e regional com vistas a assegurar a governança sustentável destes recursos para lidar com as necessidades das diferentes partes interessadas.

4 ADMINISTRANDO RECURSOS NO GOLFO DA GUINÉ

Vários países do Golfo da Guiné vêm desenvolvendo estruturas de administração com a finalidade de governar seus vastos recursos naturais. Na Nigéria, por exemplo, o governo estabeleceu leis de proteção ambiental e a política dos pântanos de Gana

2 Disponível em: <www.estandardsforum.org>.

foi firmada desde 1999 (IBABA, 2008). Os pântanos são um poderoso componente dos recursos naturais de Gana como de outros países costeiros do Golfo da Guiné. Essa política visa garantir um uso prudente dos pântanos para beneficiar o país e seu povo, agora e no futuro. Seus objetivos principais incluem a promoção de gestão segura e a utilização sustentável dos pântanos de Gana, tendo ainda como alvo a manutenção das funções ecológicas e de suporte à vida destas áreas. As autoridades querem garantir que as políticas nacionais, o conhecimento local, as regulamentações e atividades contribuam para o uso prudente e a gestão segura dos recursos dos pântanos do país via capacitação, mediante estrutura legal e institucional. Elas também intentam assegurar que o povo de Gana esteja ciente da importância dos pântanos e se comprometa em conservá-los para benefício presente e futuro (ANKU, 2006).

Além disso, Gana sancionou outros instrumentos legais no tocante à governança dos seus recursos naturais, entre eles, a Lei de Pesca, a Política Ambiental, a Política Florestal e da Vida Selvagem e a Política Fundiária. Determinados órgãos, como a Agência de Proteção Ambiental, fundada em 1994, as Assembleias Distritais, Municipais e Metropolitanas, o Ministério da Alimentação e da Agricultura, o Departamento Florestal, o Conselho para Pesquisa Científica e Industrial e as organizações não governamentais, têm sido encarregados de regular e administrar os pântanos em Gana. Ademais, a liderança do país aderiu ao Programa do Grande Ecossistema Marinho do Golfo da Guiné, constituído pelo Fundo Mundial para o Meio Ambiente, e almeja prestar assistência a vários países do Oeste africano para gerir sustentavelmente seus recursos. Gana é ainda membro do Projeto Mangues do Baixo Estuário do Rio Volta que investiga os problemas relacionados à exploração desenfreada dos mangues (ANKU, 2006; TAMAKLOE, 2013). Essas leis e a adesão aos programas são tentativas de governar sustentavelmente os pântanos e outros recursos naturais de Gana para a subsistência do povo.

Gana também desenvolveu uma base tradicional para a proteção dos pântanos com diversos sistemas de gestão autóctones em diferentes partes do país. No passado, a maioria dos pântanos e seus recursos eram protegidos por meio de práticas tradicionais

variadas. Isso dependia das crenças tradicionais da área que reclamava a posse dos pântanos. O povo fez uso das leis habituais ou tabus da sua região para forçar sanções contra os violadores. Alguns pântanos como o do Lago Sakumo é considerado moradia dos “deuses” e protegido hoje em dia por várias práticas tradicionais (ANKU, 2006). Embora este método tradicional de proteção seja apreciado, a pressão sobre os recursos tem forçado as pessoas a desconsiderar rituais associados a estes locais e a destruí-los em busca de meios de sobrevivência.

Há iniciativas de outros países para gerir recursos no Golfo da Guiné. Os governos de Camarões e da República Centro-Africana, por exemplo, instituíram leis florestais para regular a gestão sustentável da rica floresta equatorial. Os programas de floresta comunitários acontecem em Camarões e envolvem comunidades locais na administração das suas florestas e produtos. Ao fazer isto, o governo camaronês reconhece que as comunidades protegem os recursos naturais e devem exercer um importante papel na sua administração. Enquanto isto, na República do Congo, estudos preliminares foram realizados para investigar os estoques de carbono e se o financiamento de PA?, através dos mecanismos de carbono, será bem-sucedido em reduzir as emissões causadas pelo desmatamento.

Costa do Marfim, Gana, Togo, Benin, Nigéria e Camarões deram início ao Projeto do Grande Ecossistema Marinho do Golfo da Guiné (GOGLME). Estes países mais tarde ganharam a adesão de Guiné-Bissau, Serra Leoa, Libéria, São Tomé e Príncipe, Guiné Equatorial, Gabão, Congo, República Democrática do Congo e Angola. O GOGLME objetivava abordar questões de fronteira em relação à pesca, poluição, erosão costeira e proteção de habitat natural bem como aumentar a produção pesqueira para atender às necessidades nutritivas humanas, ganhar mais divisas para controlar o avanço da erosão costeira e restabelecer mangues e leitos de algas marinhas. Os países membros ou signatários deste projeto concordaram em firmar programas de avaliações para rastrear os parâmetros-chave ambientais e biológicos com a finalidade de alcançar o desenvolvimento sustentável. Com a Declaração de Accra de 1998, os ministros dos seis países

fundadores concordaram em integrar o processo de tomada de decisão no referente ao ecossistema marinho. Estes países definiram um perfil de prioridades costeiras no âmbito regional e nacional, além de discutirem o ecossistema transfronteiras, baseado na análise de diagnóstico transfronteiras. Cada um dos seis países também preparou e implantou um Programa de Ação Estratégica no intuito de concretizar suas metas. Iniciou-se, então, o Projeto de Restauração de Mangues para restabelecer as criações de peixe e reduzir a poluição no Golfo da Guiné.

Outra iniciativa regional consistiu na criação da Comissão do Golfo da Guiné cujo tratado para promover a paz e a segurança foi assinado pelos chefes de Estado dos países interessados em 21 de fevereiro de 2001. A comissão também abordou questões econômicas, sociais e ambientais dos Estados membros. Sua principal missão foi harmonizar e regular a exploração dos recursos naturais nos países do Golfo da Guiné (THE GULF of Guinea., 2013). Ademais, a pesca nas águas do Golfo da Guiné foi regulamentada. Isto assumiu a forma de aplicação de administração estatal da zona costeira, restrições no tamanho e tipo de atividade pesqueira, fechamento sazonal e de áreas e restrições no número de licenças de pescas. Desde os anos 1980, aumentou o interesse em associar as comunidades pesqueiras à governança dos recursos através de pescarias em cogestão (ALISSON, 2009).

Na última década do século XX, a Organização do Desenvolvimento Industrial das Nações Unidas determinou um controle de poluição industrial na água para o Golfo da Guiné. Isto serviu para desenvolver um efetivo enfoque regional para prevenir a poluição, proteger e restaurar a saúde do seu grande ecossistema marinho. Este projeto formulou um programa para o controle da poluição, desenvolveu mecanismos para promover a saúde do ecossistema e montou locais de demonstração. O projeto também tentou fortalecer as instituições, promoveu treinamento e monitorou a qualidade da água e dos ecossistemas. O interesse específico deste projeto das Nações Unidas incluía o aprimoramento de equipamentos e recursos humanos de instituições envolvidas em monitoramento ambiental, o estabelecimento de comunicação efetiva entre instituições para trocar e correlacionar informação e

apoiar sistemas nas esferas regionais e nacional que guarnecessem tomadores de decisão com opções de gerenciamento praticáveis baseadas em informações colhidas e compartilhadas por estas instituições (UNITED NATIONS DEVELOPMENT PROGRAMME, 1998). A despeito de tão louváveis esforços, os desafios de governança sustentável e corporativa destes recursos têm sido enormes e frequentemente resultaram em conflitos e insegurança no Golfo da Guiné.

5 DESAFIOS, CONFLITOS E INSEGURANÇA

Apesar das políticas de gestão criadas e implementadas por alguns países do Golfo da Guiné e de uma iniciativa regional para a governança sustentável dos recursos da região, há desafios resultantes dos conflitos e da insegurança das pessoas e do meio ambiente. Alguns recursos naturais como peixes e florestas estão sendo explorados além do nível em que eles se renovam ou regeneram. Isto ameaça a futura disponibilidade desses recursos para as gerações vindouras. Muitas leis aprovadas para controlar a pesca indiscriminada existem mais na teoria do que na prática. Nas florestas virgens da Libéria, Camarões, Moçambique e Congo, tanto africanos como chineses estão indiscriminadamente derrubando milhares de hectares de árvores para obter madeira, a qual é enviada para serrarias estatais em lugares como Sichuan, na China. Entre as empresas estrangeiras envolvidas no setor florestal no Golfo da Guiné constam Thanry e Rougier (França), Rimbunan Hijau (Malásia) e Glunz (Alemanha) (GAUSSET; WHYTE; BIRCHTHOMSEN, 2005; ALDEN, 2007; COUNTRY BRIEF GABON, 2010; MAURY; FONTANEAU, 2013). Esta pesca indiscriminada e a exploração da floresta levaram a tensões entre as empresas madeireiras e os governos, de um lado, e a população local, de outro. A emergência de organizações da sociedade civil, como na República do Congo, para lutar contra a pesca indiscriminada é motivada pela falha dos governos em gerir recursos para o bem comum. Eles também falharam em não incluir as comunidades locais na gestão desses recursos.

Ainda como observado, a sobre-exploração de peixes por grandes frotas industrializadas de pesca da União Europeia tem afetado

os pescadores artesanais e as comunidades costeiras em países como Senegal e Gana que dependem dos recursos pesqueiros próximos à costa para alimentação. Tal fato também levou a um aumento na pesca pirata nas águas da Guiné Equatorial (WATSON; BRASHARES, 2004; BRENDAN, 2006). Evidentemente, a ausência de amplos ecossistemas de gestão pesqueira e de bons sistemas de previsão gera grandes implicações econômicas e de segurança alimentar para o Golfo da Guiné. Há ainda uma crise de recursos compartilhados da pesca. A redução geral dos estoques de peixes subaquáticos na costa ocidental da África teve visível impacto nas indústrias pesqueiras de Estados costeiros. Entre 2008 e 2009, o vazamento de petróleo da Companhia Shell em Ogoniland, na Nigéria, devastou comunidades como Bodo, incluindo a pesca e a água circundante (HALL, 2011). Intimamente relacionado com a pesca predatória ilegal nas águas do Golfo da Guiné por navios da UE e outros do Japão e da Coreia do Sul está o aumento no comércio de caça na região, que é devastador para as florestas. Muitas espécies de carne estão sendo sobre-exploradas e suas populações estão em risco por outras razões, tal como a perda de habitat (WATSON; BRASHARES, 2004; BRENDAN, 2006).

Em algumas áreas, como a região do Delta do Níger, na Nigéria, a produção e a exploração de petróleo têm levado à degradação ambiental, injustiça, dificuldades na agricultura e pesca. Apesar disto, o governo nigeriano mantém-se ocupado nas atenções às companhias de petróleo e falha em proteger as comunidades rurais cujos meios de subsistência estão sendo destruídos pela exploração desenfreada de petróleo e de outros recursos (OWOLABI; OKWECHIME, 2007; HALLESON, 2009a; SOUARE, 2010; EJUMUDO, 2011; NIGÉRIA:..., 2011; ROLO, 2011). As companhias de petróleo estão envolvidas em uma cruel exploração e destruição do ambiente natural do qual os habitantes do Delta do Níger dependem para seu sustento. Isto se tornou uma grave ameaça para a segurança humana na região, em particular, e na Nigéria, em geral. Mulheres comerciantes, agricultores e pescadores da região têm sofrido com a degradação ambiental. Alguns deles se afastam das terras e águas limpas para tarefas domésticas (AGHALINO, 2011). As alterações climáticas também provocaram tensões nas

comunidades produtoras de petróleo da Nigéria mediante depleção da biodiversidade, erosão costeira/ inundações, erosão do solo / inundação, avanço da desertificação e da seca (ONUOHA; EZIRIM, 2010). Esses desafios levaram à insegurança alimentar e afetaram os padrões de vida das pessoas com a desnutrição.

Leis ambientais na Nigéria, nos Camarões, em Gabão e na RCA são ineficazes e isso acelerou à degradação ambiental (IBABA, 2008; EBIEDE, 2011). Vários fatores são responsáveis pela frouxidão governamental na proteção ambiental no Golfo da Guiné. Há em questão o não cumprimento da legislação, em face da privatização do Estado e da decorrente negligência com o meio ambiente. Esses problemas exigem boas estratégias de gestão. Para piorar, entre 5 e 10% dos ecossistemas de manguezais da Nigéria foram eliminados por causa da urbanização ou das atividades das companhias de petróleo. Tal situação afetou seriamente as comunidades locais que dependem desse ecossistema, porque a vegetação do mangue ajuda a manter a estabilidade do solo, fornece plantas medicinais, é um lugar para criação de peixes, produz madeira para combustível e abrigo e é habitat crítico da vida selvagem (OYERANMI, 2011). Consequentemente, a luta pelos escassos recursos florestais do mangue tem levado a conflitos entre comunidades. Esta é uma realidade patética agravada pela indiferença e por práticas governamentais corruptas.

Muitas vezes ocorrem conflitos entre Estados e comunidades interessadas na legitimidade sobre a terra e os recursos naturais que ela abriga. Enquanto Estados reclamam a propriedade dos recursos naturais e o controle da sua exploração para o desenvolvimento econômico nacional, comunidades indígenas, da sua parte, atribuem mais do que simplesmente definições econômicas para a terra. Eles consideram as florestas não apenas uma coleção de árvores, uma morada de animais ou um espaço para reunir madeira ou plantação. A floresta é intrinsecamente uma posse sagrada que não deve ser invadida por nenhuma força externa (AKPAN, 2005), como fazem os governos no Golfo da Guiné. Ainda conforme o autor, onde os recursos existem, há contestações sobre direitos comunitários relativos ao petróleo, compensação pelo uso da terra e proteção ambiental.

Em Gana, como em outras partes do Golfo da Guiné, há desafios para o meio ambiente. Urbanização, crescimento populacional, agricultura, extração de lenha, beneficiamento de sal e de areia ameaçam a sobrevivência destas áreas. Há também uma rápida utilização destas áreas para a construção de casas, o desenvolvimento de favelas, mineração, degradação do solo, saneamento e poluição da água. O desmatamento no país resultou em um aumento na carga de escoamento da superfície e de sedimentos nas águas que fluem para as áreas úmidas. Há ainda descarga de lixo, de esgoto industrial e doméstico. Ademais, o escoamento agrícola aumentou a descarga orgânica em águas das zonas úmidas, e, por extensão, a demanda bioquímica de oxigênio do corpo d'água, levando à oferta inadequada de oxigênio para sustentar a vida vegetal e animal. A descarga de resíduos nos corpos d'água tem levado a uma proliferação de agentes microbiológicos e biológicos que disseminaram doenças e criaram problemas à saúde de seres humanos e organismos aquáticos (UNITED NATIONS DEVELOPMENT PROGRAMME, 1998; ANKU, 2006).

Existem desafios adicionais para a governança efetiva ou gestão de recursos em Gana e em outros Estados do Golfo da Guiné. Um desses desafios é a não conformidade, a não execução e a falta de recursos adequados para a gestão ambiental. Portanto, a legislação existente precisa ser revista para refletir a tendência atual. Em virtude da perda de habitat, caça ilegal e desmatamento, a rica biodiversidade está se esgotando. Na verdade, desde a década de 1940, mais de 90% da floresta de Gana foi registrada, sendo a taxa de desmatamento de 5% em áreas não reservadas e de 2% nas áreas de reserva (TAMAKLOE, 2013). No Golfo da Guiné, há negligência na proteção de manguezais na Nigéria, Benin, Gana e Costa do Marfim, situação agravada pela poluição industrial, urbana, agrícola e de outros tipos no mangue. Como é visível, as instituições nacionais responsáveis por monitorar tendências ambientais falharam em compartilhar informações (UNITED NATIONS DEVELOPMENT PROGRAMME, 1998).

Frequentemente, atribuir poder às comunidades é algo que não consta da agenda de conservação e, na melhor das hipóteses, está

apenas indicado. Há também pouca ou nenhuma transferência de autoridade em matéria de recursos comunais. Apesar do estabelecimento de comitês de aldeia e de outras formas de organizações de base por programas de conservação, na maioria das vezes há baixo nível de envolvimento local. Muitas agências governamentais na África Central não apoiam comunidades responsáveis por contribuir para a gestão florestal (ROE; NELSON; SANDBROOK, 2009). Apesar da formação da Comissão do Golfo da Guiné, em 2001, para tratar de questões econômicas, sociais e ambientais nos Estados membros, os cidadãos desses países sabem pouco ou nada sobre sua existência, seus objetivos ou sua missão. Outros não participaram de processos legislativos nacionais para adaptar o tratado em âmbito local (THE GULF of Guinea..., 2013).

Em Camarões, o relatório do PNUD de 2008 sobre mudança climática revelou que houve um aumento anual de temperatura de 0,7 grau centrígrado, entre 1960 e 2007, e sua precipitação anual diminuiu em 2,9 mm, a cada mês, 2,2% por década, desde 1960 (NGNIKAM; TOLALE, 2009). As consequências dessas mudanças recaem sobre a população local. Chuvas inadequadas afetaram a produção agrícola e o abastecimento de alimentos das áreas rurais para as cidades. Estes desafios exigem uma melhor política de governança de recursos, caso se queira evitar conflitos e manter a segurança no Golfo da Guiné.

6 RUMO A UMA MELHOR POLÍTICA DE GOVERNANÇA

Desde a independência na década de 1960 e o aumento da exploração dos recursos naturais para várias finalidades, a governança de recursos se tornou uma questão crucial na agenda dos países do Golfo da Guiné. Enquanto alguns deles promulgaram leis necessárias para assegurar uma governança eficiente de recursos, outros não o fizeram. Algumas das leis promulgadas não foram implementadas. O desperdício e a má governança de recursos exigem uma reconsideração crítica e uma mudança de paradigma dos países da região trabalhando em sinergia.

Uma forma eficiente de governança de recursos diz respeito ao envolvimento das comunidades, onde há peixes, petróleo e florestas, no processo de concepção de políticas e na gestão sustentável

destes. Países como Camarões possuem políticas que envolvem as comunidades locais, mas estas são mais teóricas que práticas. Em vários casos, a gestão destes recursos é centralizada e quando as comunidades de pesca locais levantam um dedo, elas são consideradas elementos rebeldes que ameaçam a paz da comunidade e do país. Hoje, mesmo após o povoamento da Península de Bakassi (embora ainda haja vozes dissidentes na Nigéria), a exploração dos recursos e os contratos assinados não levaram em consideração as necessidades da população local. Uma melhor política de governança de recursos deve envolver a comunidade local como um componente crítico. Isso irá garantir uma gestão sustentável para todos. Conflitos muitas vezes gerados pela exploração de recursos tornar-se-ão coisa do passado. A comunidade local também pode contribuir significativamente para uma gestão eficaz e eficiente dos recursos mediante organizações comunitárias de base. Ademais, a percepção das pessoas sobre governança de recursos deve ser incorporada na máquina de governança e, onde necessário, as pessoas devem ser treinadas em outras técnicas de gestão por meio de cursos de reciclagem. Tal iniciativa irá fortalecer a capacidade e a eficiência na gestão dos recursos para uso presente e futuro.

É mister sincronizar as atividades de vários departamentos e instituições nacionais responsáveis pela gestão dos recursos. Um fator a contribuir para a pobre governança de recursos é a incapacidade dos diferentes governos para evitar a duplicação. Gana está no caminho certo, mas muito ainda tem de ser feito especialmente por países do Golfo da Guiné. Cada instituição ou departamento deveria receber termos de referência e medidas de acompanhamento a serem postas em prática para garantir sua concordância. Contudo, a existência de tantas instituições levou a um conflito de funções e de interesses, além de desacelerar os trabalhos. Nesse caso, a saída deveria ser a atribuição da governança de recursos para um único departamento. Isso pode eliminar conflitos de interesses e confusões como se vê em alguns países. As pessoas também precisam ser treinadas em técnicas modernas de gestão de recursos. Tudo isso pode contribuir para reduzir tensões e guerras como em Cabinda e no Delta do Níger.

Para benefício mútuo, os países do Golfo da Guiné têm de continuar a cooperar com outros, tais como a União Europeia e a China, no intuito de pôr fim à pesca ilegal e implementar a exportação de peixes para o desenvolvimento interno. Se os países promoverem seus recursos e conhecimentos juntos, poderão efetivamente patrulhar o extenso litoral do Golfo da Guiné que se estende do Oeste da África através da África Central para o Sul da África. Provavelmente os níveis de consumo de proteína irão aumentar junto com a quantidade de peixes nos mercados locais. Um aumento de peixes no mercado local representará uma redução no preço do produto. Enquanto forem concedidas às empresas estrangeiras licenças de pesca nas águas do Golfo da Guiné, mais problemas seus países irão enfrentar. Isto incluirá a retirada forçada dos pescadores do negócio, com todos os efeitos em cascata sobre suas famílias e sobre a economia. E, ainda: as indústrias locais que dependem dos subprodutos do peixe não o terão mais e, então, serão levados a reduzir seu pessoal.

As companhias petrolíferas que exploram petróleo no Golfo da Guiné devem, como um assunto de extrema urgência, assinar acordos ambientais amigáveis com os governos a fim de reduzir a poluição do meio ambiente e também para propiciar medidas de segurança para as comunidades locais, cuja fonte de subsistência depende dos recursos e do ambiente. Se os governos continuarem a comprometê-los em troca de riquezas, sempre haverá tensão e guerra aberta entre as comunidades e as companhias de petróleo. Em nenhum momento o governo deve ir para a guerra contra o povo que deveria proteger. No passado, alguns governos protegeram os interesses de empresas de petróleo em prejuízo dos cidadãos. Eles sofreram o impacto negativo das atividades dessas empresas.

7 CONCLUSÃO

Neste estudo, tentamos analisar o conceito de governança. Conforme indicamos, embora este conceito estivesse em uso no passado e se referisse à autoridade, hoje ele assumiu um significado mais amplo e não restrito ao exercício da autoridade do Estado. Portanto, a governança de recursos leva em consideração vários fatores e forças. Ainda como o estudo revelou, o Golfo da Guiné é

geoestratégico, além de econômica e politicamente vibrante, com os governos nacionais tentando atender às necessidades prementes da sua população no sentido de uma vida melhor.

A questão-chave da governança de recursos no Golfo da Guiné foi examinada neste estudo. Demos alguns exemplos de países individuais levando a cabo e implantando leis sobre governança de recursos. Exemplos de esforços regionais e de assistência internacional para gerir de forma sustentável os recursos do Golfo da Guiné em benefício do povo, hoje e no futuro, também foram discutidos. Apesar destas medidas, os desafios têm sido esmagadores e vieram a minar esses esforços. Sugerimos melhores opções de gestão para os países e para a região, de modo que os recursos possam ser geridos de forma sustentável, compatibilizando o crescimento da população com os desafios postos aos governos e povos.

Tradução: Maurício Gurjão Bezerra Heleno

REFERÊNCIAS

- AGHALINO, S. O. Oil and cultural crisis: the case of the Niger Delta. **Africana Special Issue: The Niger Delta**, v. 5, n. 1, p. 1-21, 2011.
- AKOKPARI, J. K. The AU, NEPAD and the promotion of good governance in Africa. **Nordic Journal of African Studies**, v. 13, n. 3, p. 243-263, 2004.
- AKPAN, W. Putting oil first? Some ethnographic aspects of petroleum-related land use controversies in Nigeria. **African Sociological Review**, v. 9, n. 2, p. 134-152, 2005.
- ALDEN, C. **China in Africa**. London: Zed Books, 2007.
- ALLISON, E. H. Fishy crimes: the societal costs of poorly governed marine fisheries. In: NTS ASIA WORKSHOP SINGAPORE, 3-4 Nov. 2009, Singapore. **Annals...** Singapore: [s.n.], 2009.
- ANKU, S. K. Managing Wetlands in Accra, Ghana. In: AFRICAN REGIONAL WORKSHOP CITIES, ECOSYSTEMS AND BIODIVERSITY, 21 Sept. 2006, Nairobi. **Annals...** Nairobi: [s.n.], 2006.

ASIAN DEVELOPMENT BANK. **Introductory notes on ADB publications on governance.** Updated 11 Sep. 2000. Available from: <<http://www.adb.org/Governance/govpub.asp>>.

BRENDAN, M. The political economy of oil in Equatorial Guinea. **African Studies Quarterly**, v. 8, issue 3, p. 23-45, 2006.

CARINO, L. V. **Chapter one: the concept of governance.** Available from: <unpan1.un.org/intradoc/groups/public/WorldCOG-Chap1.pdf>. Accessed: 13 Feb. 2013.

CALAVANTI, C. **Towards a new development architecture: Brazil and optimum environmental governance.** [S.l.]: South Collaborative Programme, 2008. (Occasional Papers Series, n. 25).

CHAPTER one: the concept behind shared governance. Available from: <<http://cstaff.wisc.edu/shared-governance-report.htm>>. Accessed: 13 Feb. 2013.

COUNTRY BRIEF GABON. In: ESTANDARDS FORUM FINANCIAL STANDARDS FOUNDATION, 15 June 2010. Available from: <www.estandardsforum.org>. Accessed: Mar. 2011.

EBIEDE, T. M. Conflict Drivers: Environmental Degradation and Corruption in the Niger Delta Region. **African Conflict and Peace-building Review**, v. 1, issue 1, p. 139-151, 2011.

EJUMUDO, K. B. O. Environmental justice, democracy and the inevitability of cultural change in Nigeria: a critical analysis of the Niger Delta dilemma. **Africana Special Issue: The Niger Delta**, v. 1, n. 1, p. 22-48, 2011.

EZIRIM, G. E. Resource governance and conflict in the Niger Delta: implications for the Gulf of Guinea Region. **African Journal of Political Science and International Relations**, v. 5, n. 2, p. 61-71, 2011.

GAUSSET, Q.; WHYTE, M. A.; BIRCH-THOMSEN, T. (Eds.). **Beyond territory and scarcity: exploring conflicts over natural resources management.** Uppsala: Nordic Africa Institute, 2005.

GILPIN, R. Enhancing maritime security in the Gulf of Guinea. **Strategic Insights**, issues 1, 2007.

GOOD governance – the concept. Available from: <www.edrc.ro/docs/docs/11-17.pdf>. Accessed: 13 Feb. 2013.

HALL, R. Shell admits liability for huge oil spills in Niger Delta. **The Independent Business News**, 4 August 2011.

HALLESON, D. N. A critical appraisal of natural resources, governance, and human development in the countries of the Gulf of Guinea. **Cameroon Journal on Democracy and Human Rights**, v. 3, n. 2, p. 26-45, 2009a.

_____. An analysis of natural resources related conflicts in Central Africa and the Gulf of Guinea. **Cameroon Journal on Democracy and Human Rights**, v. 3, n. 1, p. 47-70, 2009b.

HEWITT DE ALCANTARA, C. **Uses and abuses of the concept of governance**. Oxford: UNESCO, 1998.

IBABA, I. S. Environmental protection laws and sustainable development in the Niger Delta. **Africana: A Journal of Ideas on Africa and the African Diaspora**, v. 2, n. 2, p. 57-93, 2008.

IBIKUNLE, O. O.; OLAWALE, O. R.; WILLIE, S. O. **A strategic perspective on Nigeria's role in energy cooperation and integration in the greater Gulf of Guinea**. [S.l.: s.n.], 2010. (Working Paper, n. 6).

INTERNATIONAL INSTITUTE OF ADMINISTRATIVE SCIENCES. **A draft composite definition by the IIAS working group**. Brussels, 14 Jun. 1996. Available from: <<http://www.iasiias.be/iias/aigrou/aigrthemes>>. Accessed: 20 Jul. 2012.

JUDA, L. The concept and importance of governance. In: WORKSHOP ON SUSTAINABILITY OF LARGE MARINE ECOSYSTEMS, 2006. Available from: <<http://iwlearn.net/abtlearn/publications/misc/presentation...>>. Accessed: 13 Feb. 2013.

MAURY, O. D. G.; FONTANEAU, A. **Spatial modelling of atlantic yellowfin tuna population dynamics: application of a habitat based advection-diffusion-reaction model to the study of local overfishing**. Available from: <http://www.brest.ird.fr/ur109/publications/liensbiblio_maury...>. Accessed: 13 Feb. 2013.

MCCULLUM. Available from: <www.africafiles.org/atissueezine.asp?questão=issue3>. Accessed: 13 Feb. 2013.

MELLOR, M. Women, nature and the social construction of "economic". **Ecological Economics**, v. 20, p. 129-140, 1997.

NGNIKAM, E.; TOLALE, E. **Energy systems Vulnerability-Adaptation-Resilience (VAR): regional focus sub Saharan Africa Cameroon**. [S.l.: s.n.], 2009.

NIGERIA: country analysis briefs. [S.l.]: Energy Information Administration, 2011. Available from: <<http://www.eia.gov/countries/>>. Accessed: 13 Feb. 2013.

O'CONNOR, J. **Natural causes: essays in ecological marxism**. New York; London: The Guilford Press, 1998.

ONUOHA, F. C.; EZIRIM, G. E. Climatic change and national security: exploring the conceptual and empirical connections in Nigeria. **Journal of Sustainable Development in Africa**, v. 12, n. 4, p. 255-269, 2010.

OWOLABI, O.; OKWECHIME, I. Oil and security in Nigeria: the Niger Delta crisis. **Africa Development**, v. XXXII, n. 1, p. 1-40, 2007.

OYERANMI, S. Globalisation as a source of environmental tragedy in sub-saharan Africa: the role of multinational oil corporations in Nigeria. **Global South SEPHIS e-Magazine**, v. 7, n. 3, p. 46-57, 2011.

ROE, D.; NELSON, F.; SANDBROOK, C. (Eds.). **Community management of natural resources in Africa: impacts, experiences and future directions**. [S.l.]: International Institute for Environment and Development, 2009. (Natural Resource Issues, n. 18).

SHAH, A.; SHAH, S. **The new vision of local governance and the evolving roles of local governments**. Available from: <http://siteresources.worldbank.org/INTWBIGO_VANTCOR/Resources...>. Accessed: 13 Feb. 2013.

SQUARE, I. K. **A critical assessment of security challenges in West Africa situation report**. Pretoria: Institute for Security Studies Pretoria, 2010.

TAMAKLOE, W. **State of Ghana's environment-challenges of compliance and enforcement**. [Ghana]: Ghana Environmental Protection Agency, [2013]. Available from: <http://www.inece.org/indicators/proceedings/04h_ghana.pdf>. Accessed: 13 Feb. 2013.

THE GULF of Guinea citizens network: a regional advocacy project for the Gulf of Guinea countries. Social action (Nigeria) and citizens governance initiatives (Cameroon). [Guinea], 2011. Available from: <http://draperhills.stanford.edu/docs/dhsfp_class_of_2011>. Accessed: 13 Feb. 2013.

THE NETHERLANDS. Ministry of Finance. **Government governance:** corporate governance in the public sector, why and how?. The Netherlands, [2013]. Available from: <http://www.ecgi.org/codes/documents/public_sector.pdf>. Accessed: 13 Feb. 2013.

TOTIKIDIS, V.; ARMSTRONG, A. F.; FRANCIS, R. D. The concept of community governance: a preliminary review. In: GOVNET CONFERENCE, 28-30 November 2005, Melbourne. **Paper Presented...** Melbourne: Monash University, 2005.

UNITED NATIONS DEVELOPMENT PROGRAMME. **Industrial water pollution control in the Gulf of Guinea large marine ecosystem.** [S.l.]: United Nations Development Programme, 1998. Available from: <http://iwlearn.net/iw-projects/393/project_doc/gulf-of-guine...>. Accessed: 13 Feb. 2013.

VAUGHAN. Available from: <<http://www.guardian.co.uk>>. Accessed: 13 Feb. 2013.

WATSON, I.; BRASHARES, J. **The bushmeat trade and fishing licence agreements in West Africa.** [S.l.]: Odi Wildlife Policy Briefing, 2004. Available from: <<http://www.odi.org/publications/2425-bushmeat-trade-fishi...>>. Accessed: 13 Feb. 2013.